

26-1-946

UM PROBLEMA NACIONAL

144

Torna-se praticamente impossível fazer referência a todas as cartas com sugestões e aplausos que os leitores destes artigos nos têm dirigido. A falta de resposta não significa, portanto, menos apreço. Pelo contrário, é sempre agradável, a quem se bate por um ideal, encontrar o eco dos seus anseios na alma das multidões.

Se não podemos referir-nos a todos, sentimos contudo obrigação de atender alguns, não só pela simpatia que nos merece o seu entusiasmo, como também pelas sugestões de interesse que nos trazem.

Está nestas condições um operário de Penafiel que nos escreveu longa carta a pedir-nos umas «palavrinhas neste jornal» a respeito de um problema que interessa a milhares de operários que trabalham na incluída cidade do Porto. É a questão dos transportes por caminho de ferro.

Informa-nos o referido operário que aumentaram desmedidamente as tarifas dos bilhetes de que se utilizam milhares de trabalhadores que não residem na cidade. E exemplifica o seu caso desta maneira.

Antes da guerra comprava um bilhete anual que lhe custava 615\$00 e podia ser pago de uma só vez ou em prestações trimestrais.

Em 1942, foram estes bilhetes suprimidos e substituídos por bilhetes trimestrais, passando o seu a custar-lhe 265\$00 por trimestre. Finalmente, em Abril de 1945, foram novamente revistas as tarifas, passando ele a pagar, pelo mesmo bilhete trimestral, a quantia de 369\$00, ou seja um aumento, desde 1942, de cento e quarenta por cento!

E, depois de nos dar esta informação, comenta o referido operário: nós somos os mais assíduos fregueses da Companhia, visto que viajamos todos os dias duas vezes; e somos os melhores porque pagamos sempre adiantado. Como se explica um aumento de 140 % para nós, enquanto que os da tarifa geral, de primeira e segunda classe, não tiveram nem 20 % de aumento?

Não somos nós quem há-de dar resposta a esta desconcertante pergunta. São, no entanto, milhares os interessados a desejar conhecê-la e, sobretudo, a esperar uma solução. E mais ainda do que a esses milhares de trabalhadores, o problema interessa, sobremaneira à Nação.

Com efeito, com o gasto de 120\$00 por mês, que tanto lhes custa o bilhete, não poderiam muitos decidir-se a alugar casa na cidade? E que enormes problemas se não põem com o aumento da população operária dos grandes centros?

Não falamos do problema do urbanismo, mas dos muitos que andam ligados à vida industrial das grandes cidades. São as habitações insalubres, as cinturas vermelhas, a promiscuidade, a tuberculose, a deseducação da mocidade operária, o alcoolismo, as tabernas a prostituição, a ordem pública, a formação de famílias ilegítimas, a miséria em grande escala, a «produção» de anomalias, de viciados, de «adaptados» de toda a ordem. Estes cancores sociais são filhos sobretudo das grandes aglomerações operárias, sem meios suficientes de vida, sem habitação adequada à constituição e dignificação da família, sem estímulo social nem brio cívico.

A melhor luta contra todos estes flagelos não está no desenvolvimento da Assistência, nem na multiplicação dos hospitais e dos centros de profilaxia das doenças e coisas semelhantes, mas na descentralização das populações e na organização fácil e barata de transportes que permitam ao maior número possível de operários ter fora das cidades um lar arejado e decente, e uma vida de repouso reconfortante para o corpo e mais ainda para o espírito. Tudo o que seja, portanto, limitar as possibilidades de transporte das populações operárias para fora dos grandes centros contribui inevitavelmente para o aumento de todos os flagelos sociais. Importa sobremaneira que as autoridades responsáveis encarem a sério o problema de que nos fala o operário de Penafiel, não só no interesse dos próprios operários, mas também no interesse nacional.

Bem sabemos que não fica, com isto, tudo resolvido. Socialmente falando, a deslocação em massa de operários e operárias em comum nesses comboios tem os seus inconvenientes e grandes. Os mais importantes são a desmoralização que o contacto forçado facilita, a propagação mais fácil de ideias e costumes anti-sociais, e, sobretudo, a demasiada ausência do lar. Muitas vezes, a residência e o local do trabalho estão tão afastados, que o chefe de família não passa de um estranho em sua própria casa. E nestas condições, que espírito familiar pode subsistir? Como pode o pai ou mãe de família desempenhar no seu lar a missão, que a natureza lhe impõe, de educador dos próprios filhos? **Quê os direitos**

Todos estes aflitivos problemas só poderão resolver-se, no dia em que um governo decidido provocar a descentralização das fábricas.

Torna-se urgente, para bem das famílias, da Nação e da paz social, que não se consinta mais na aglomera-

ção de fábricas no mesmo local, e que se promova energeticamente a deslocação de muitas existentes para fora dos centros urbanos.

Com uma inteligente organização de transportes para deslocação das mercadorias, torna-se perfeitamente viável entrar neste caminho, tanto mais que a energia pode ser hoje levada facilmente a toda a parte.

O transporte de pessoas seria então substituído pelos das mercadorias, poder-se-iam garantir moradas adequadas a todos os trabalhadores, com o seu bocado de terreno anexo, que não só prenderiam ao lar o chefe de família, como lhe proporcionariam um notável acréscimo de rendimento. Além disso, as condições sanitárias e morais da população só teriam a lucrar; os hospitais, sanatórios, albergues, asilos e todas as demais instituições de assistência veriam os seus clientes diminuir; e a própria segurança nacional estaria mais assegurada, no caso de guerra com potência estrangeira, pois, então, a indústria nacional não seria tão fácil de destruir.

Mas quem há aí que pense e medite nestes problemas?

ABEL VARZIM.

F
R
I
ta
br